

Limitadas as taxas de pagamento com cartões

As operações de pagamento baseadas em cartões de débito e de crédito serão sujeitas a uma taxa de intercâmbio máxima na UE dentro de seis meses, estipula um regulamento aprovado pelo Parlamento Europeu.

ver pág. 3

Crianças na Net

O Parlamento Europeu quer que sejam feitos mais esforços para investigar o abuso sexual de crianças na Internet, julgar os criminosos, proteger as crianças e suprimir os conteúdos ilegais em linha.

ver pág. 10

Rússia continua a matar

O Parlamento Europeu solicitou uma investigação internacional independente do assassinio do líder da oposição russo Boris Nemtsov. Este é "o assassinio político mais significativo na história recente da Rússia".

ver pág. 12

em destaque:

Relatório

José Manuel Fernandes:

Prioridades para o Orçamento 2016

As orientações gerais do Parlamento Europeu para o projeto de orçamento de 2016, que a Comissão vai apresentar em maio, são definidas num relatório do eurodeputado José Manuel Fernandes aprovado em plenário. O emprego, as empresas e o empreendedorismo para promover o crescimento, a solidariedade interna, com o apoio da coesão económica, social e territorial, e externa, através da assistência humanitária, e a resolução do problema das faturas pendentes são questões prioritárias para o PE.

O crescimento económico, a solidariedade interna e externa e o respeito pelos compromissos assumidos devem orientar a elaboração do projeto de orçamento da UE para 2016, diz o relatório do eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), aprovado por 484 votos a favor, 188 contra e 36 abstenções.

"Pretendemos que 2016 tenha como prioridade aquilo que designamos pelos três E: emprego, empresas e empreendedorismo. (...) Além dos três E, também temos os três S: o social, a solidariedade, a sustentabilidade", disse José Manuel Fernandes no debate em plenário.

As orientações gerais são o primeiro documento produzido pelo PE no âmbito do processo orçamental para 2016, definindo as suas prioridades políticas para o projeto de orçamento que a Comissão Europeia vai apresentar em finais de maio. O orçamento para 2016 terá depois de ser negociado e aprovado pelos dois braços da autoridade orçamental, o PE e o Conselho de Ministros da UE.

ver pág. 8

Índice

Parlamento Europeu aprova limites máximos para as taxas cobradas por pagamentos com cartões de débito e de crédito.....	3
Parlamento Europeu quer mais medidas para combater desigualdades e violência contra as mulheres.....	5
Eurodeputados definem prioridades para o Orçamento da UE de 2016.....	8
Abuso sexual de crianças na internet: Parlamento Europeu apela a mais medidas para combater este crime e suprimir conteúdo ilegais em linha.....	10
Rússia: Parlamento Europeu apela a investigação internacional do assassinio de Boris Nemtsov.....	12
Ordem do dia da Sessão.....	14

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Parlamento Europeu aprova limites máximos para taxas cobradas por pagamentos com cartões de débito e de crédito

As operações de pagamento baseadas em cartões de débito e de crédito serão sujeitas a uma taxa de intercâmbio máxima na UE dentro de seis meses, estipula um regulamento aprovado pelo Parlamento Europeu. Os limites máximos são fixados em 0,2 % do valor da operação para os cartões de débito e em 0,3 % para os cartões de crédito. O objetivo é impedir a generalização de níveis excessivos e promover a criação de um mercado de pagamentos à escala da UE. Segundo os legisladores europeus, as novas regras beneficiarão também os consumidores graças à redução dos custos incorridos pelos comerciantes.

Atualmente, na maioria dos países da UE, as taxas de intercâmbio (*interchange fees*) pagas pelos comerciantes aos bancos pela utilização de cartões de débito e de crédito não estão sujeitas a qualquer legislação, mas às decisões de autoridades nacionais. Os níveis destas taxas variam de forma acentuada entre os Estados-Membros, criando obstáculos entre os mercados de pagamentos nacionais.

O novo regulamento, aprovado por 621 votos a favor, 26 contra e 29 abstenções, visa impedir a generalização de níveis excessivos destas taxas, aumentar a transparência das mesmas, assegurar condições de concorrência equitativas e promover a criação de um mercado de pagamentos à escala da UE.

As novas regras, já acordadas entre os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da UE, introduzem limites máximos para as taxas de intercâmbio aplicáveis às operações de pagamento por cartão (por exemplo, Visa e MasterCard), quer sejam operações transfronteiriças ou operações nacionais.

Os limites máximos são fixados em 0,2 % do valor da operação para os cartões de débito e em 0,3 % para os cartões de crédito, sendo aplicáveis seis meses após a data de entrada em vigor do regulamento.

Em relação às operações nacionais com cartões de débito, os Estados-Membros poderão autorizar os prestadores de serviços de pagamento a aplicarem, durante os primeiros cinco anos, "*taxas de intercâmbio médias ponderadas não superiores ao equivalente a 0,2 % do valor de transação médio anual de todas as operações nacionais com cartões de débito dentro de cada sistema de pagamento com cartões*".

Os países da zona euro poderão também autorizar a aplicação de taxas de intercâmbio por operação não superiores a 0,05 euros para as operações nacionais com cartões de débito (a existência de uma taxa fixa pode incentivar a sua utilização para montantes de baixo valor).

Os limites máximos fixados no regulamento têm por base o chamado "*teste de indiferença do comerciante*" constante da literatura económica, que identifica o nível de taxas que um comerciante estaria disposto a pagar se comparasse o custo da utilização de um cartão de pagamento pelo cliente com o custo do pagamento sem cartão (em numerário).

Aceitação dos cartões

Hoje em dia, os retalhistas têm geralmente de aceitar todos os cartões da mesma marca, independentemente dos diferentes custos desses cartões.

Segundo as novas regras, os comerciantes que aceitem cartões de débito não serão obrigados a aceitar cartões de crédito. Isto permitirá que os comerciantes limitem a escolha

aos cartões de pagamento de (mais) baixo custo, "o que beneficiará também os consumidores graças à redução dos custos incorridos pelos comerciantes", diz o texto do regulamento.

No entanto, para que o consumidor possa utilizar cartões de pagamento tão frequentemente quanto possível, os comerciantes deverão ser obrigados a aceitar "os cartões que estejam sujeitos à mesma taxa de intercâmbio regulada se forem emitidos pela mesma marca e se forem da mesma categoria" (cartão pré-pago, cartão de débito ou cartão de crédito).

Potenciais poupanças para comerciantes e para consumidores

De acordo com a Comissão Europeia, os retalhistas obterão poupanças devido ao pagamento de taxas mais baixas aos seus bancos. Essas poupanças deverão, por seu turno, ser repercutidas pelos comerciantes nos consumidores através de preços de venda a retalho mais baixos (as taxas de intercâmbio são incluídas pelos retalhistas nos seus custos de receção de pagamentos por cartão e são, em última instância, pagas pelos consumidores, dado que se traduzem em preços de venda a retalho mais elevados).

Segundo a mesma fonte, poderia argumentar-se que a redução das taxas de intercâmbio encorajaria os bancos a aumentar as comissões cobradas aos titulares de cartões. No entanto, não há provas de uma tal ligação, diz o executivo comunitário, concluindo que as comissões aplicadas aos cartões parecem ser sobretudo determinadas pelo nível de concorrência no setor da banca de retalho.

Atualmente, os comerciantes e consumidores continuam a pagar o preço de um mercado de pagamentos da UE fragmentado, cujo custo ascende a 130 mil milhões de euros por ano, segundo dados do Banco Central Europeu.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Um dos grandes desafios da União Europeia é o combate à fragmentação do mercado interno em diversos domínios, em especial os obstáculos ao bom funcionamento do mercado integrado de pagamentos eletrónicos.*

Apoio o relatório Bidegain, por considerar que com este novo Regulamento se impede a generalização de níveis excessivos nas taxas aplicáveis e se promove a criação de um verdadeiro mercado de pagamentos à escala europeia ao fixar uma taxa de intercâmbio máxima em 0,2 % do valor da operação para os cartões de débito e em 0,3 % para os cartões de crédito, quer sejam operações transfronteiriças ou operações nacionais.

Ao estabelecer um sistema de pagamentos eletrónicos seguro, eficiente e competitivo, ganham os consumidores, os comerciantes e as empresas, devendo as poupanças obtidas com esta nova regulamentação repercutir-se numa baixa dos preços de venda a retalho".

Parlamento Europeu quer mais medidas para combater desigualdades e violência contra as mulheres

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a igualdade de género na UE que aborda questões como a diferença salarial, a participação das mulheres no mercado de trabalho, o impacto da crise, a pobreza, a proposta de diretiva sobre a licença de maternidade, atualmente bloqueada pelos Estados-Membros, a instituição de uma licença de paternidade remunerada de pelo menos 10 dias, os estereótipos, a violência contra as mulheres e o seu acesso à contraceção e ao aborto.

O relatório, aprovado por 441 votos a favor, 205 contra e 52 abstenções, defende que as mulheres devem ter o controlo dos seus direitos sexuais e da saúde reprodutiva, *"designadamente graças a um acesso facilitado à contraceção e ao aborto"*.

O Parlamento Europeu apoia *"medidas e ações que visem melhorar o acesso das mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva e esclarecê-las sobre os seus direitos e os serviços ao seu dispor"*.

Os eurodeputados convidam também os Estados-Membros e a Comissão a adotarem medidas e ações destinadas a sensibilizar os homens para as suas responsabilidades em matéria sexual e reprodutiva.

Medidas para prevenir e punir a violência contra as mulheres

O Parlamento Europeu quer que a Comissão apresente uma proposta legislativa com medidas para promover e apoiar a ação dos Estados-Membros no domínio da prevenção da violência contra as mulheres e as jovens.

Um quadro de políticas abrangentes sobre a violência com base no género deverá centrar-se na prevenção, na ação penal contra os infratores, na proteção das vítimas, na prestação de serviços adequados, na educação para a igualdade, bem como na imposição de sanções aplicáveis a comportamentos violentos ou discriminatórios em relação às mulheres, diz o documento.

Combate aos estereótipos através da educação e dos *media*

Os eurodeputados realçam o papel decisivo da educação no combate aos estereótipos de género, sugerindo aos Estados-Membros que aumentem a sensibilização para a igualdade de direitos e de oportunidades nos seus sistemas educativos.

O Parlamento solicita também ao Conselho e à Comissão que adotem medidas para que os meios de comunicação social *"não usem uma linguagem sexista e garantam uma participação ativa das mulheres, uma presença equilibrada e uma imagem plural de ambos os sexos, à margem de cânones de beleza e de estereótipos sexistas sobre as funções que desempenham nos diferentes contextos da vida, com especial incidência nos conteúdos dirigidos à população infantil e juvenil"*.

Contributo das mulheres para o crescimento económico

"A redução em um ponto percentual da disparidade salarial entre os géneros induzirá um aumento do crescimento económico de 0,1%, o que confere à redução das disparidades salariais entre os géneros uma importância crucial no atual contexto de desaceleração económica", salienta o relatório. Na UE, a diferença de remuneração entre mulheres e homens é de 16,4%.

"Se a tendência atual [relativa à diferença salarial] prosseguir, será necessário esperar até 2084 para que mulheres e homens auferam salários equivalentes", diz o relator da comissão parlamentar dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, Marc Tarabella (S&D, BE).

O Parlamento Europeu salienta também que uma participação igualitária de homens e mulheres no mercado de trabalho poderia aumentar significativamente o potencial económico da UE.

"Uma convergência total das taxas de participação significaria um aumento de 12,4% do PIB per capita até 2030", de acordo com as previsões da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O relatório do Parlamento Europeu recorda ainda que há mais mulheres do que homens a viver em situação de pobreza e de exclusão social, especialmente mulheres idosas, cuja pensão de reforma é, em média, 39% inferior à dos homens, e mães solteiras. Por razões que se prendem com a vida familiar, as mulheres trabalham com mais frequência a tempo parcial do que os homens, com contratos de trabalho temporário ou a termo certo. A pobreza das mulheres fica assim, em grande parte, a dever-se à precariedade do seu emprego.

Relançar negociações sobre a licença de maternidade

Os eurodeputados deploram o bloqueio do Conselho de Ministros da UE à diretiva relativa à licença de maternidade, instando os Estados-Membros a relançarem as negociações. O Parlamento Europeu votou a sua posição sobre esta proposta de diretiva, da qual foi relatora a antiga eurodeputada portuguesa Edite Estrela, em outubro de 2010.

"É urgente que o Conselho tome posição relativamente à diretiva sobre a licença de maternidade. A diretiva atualmente em vigor, que data de 1992, não reflete a evolução da sociedade e não protege suficientemente as mães. Por conseguinte, é urgente atualizá-la e o Parlamento Europeu aproveita a ocasião para reiterar a sua vontade de cooperar de modo a se alcançar um compromisso", afirma Marc Tarabella.

Os parlamentares propõem também que seja instituída uma licença de paternidade remunerada com uma duração mínima de 10 dias úteis.

Mulheres nos cargos de direção das empresas

Outra proposta legislativa que está atualmente bloqueada no Conselho de Ministros da UE é a relativa a um melhor equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de diretor não-executivo das empresas cotadas em bolsa. Os eurodeputados instam os governos nacionais a tomar posição sobre esta proposta de diretiva para que o processo legislativo possa prosseguir o mais rapidamente possível. O Parlamento Europeu votou a sua posição sobre esta proposta em novembro de 2013.

As mulheres representam apenas 17,8% dos membros dos conselhos de administração das grandes empresas. Embora 60% dos titulares de um diploma universitário na UE sejam mulheres, a sua representação em cargos de direção e decisórios é ainda baixa.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Senhora Comissária, caras e caros Colegas, vários oradores já recordaram que ontem celebrámos o Dia Internacional da Mulher. O mundo não celebra apenas em 8 de março a mulher. Enquanto seres humanos, todos temos os mesmos direitos e deveres, iguais perante a lei, todos temos de ser respeitados na nossa dignidade, todos os dias, todos os momentos, em qualquer circunstância.*

Por isso, no dia 8 de março, lembramos – isso sim – o muito trabalho que, infelizmente, ainda temos pela frente. Lembramos as desigualdades que ainda persistem no local de trabalho e no acesso à educação; lembramos a luta pela sobrevivência dos trabalhadores pobres na União Europeia, 80 % deles mulheres; lembramos o sofrimento que ainda flagela pela mutilação genital e na violência doméstica; lembramos as meninas e mulheres vítimas de

tráfico e proxenetismo; recordamos as ideologias e obediências que degradam a mulher e a subordinam ao homem.

Lutar pela igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres deve, por isso, ser uma causa que nos una a todos. Para que possamos agir, é essencial conhecermos de forma imparcial a realidade que nos rodeia. Esta é a função deste relatório: avaliar o que foi feito ou deixou de ser feito em 2013, na União Europeia.

Apesar de alguma evolução, 2013 provou ser mais um ano de fracas melhorias. Ainda são muitos os desafios que temos pela frente e esta Casa deverá usar todo o seu empenho para que todos os instrumentos já aprovados sejam realmente implementados. Tenho perfeita consciência de que muito depende dos Estados-Membros e, muito mais ainda, depende de uma efetiva capacidade em mudar mentalidades. No entanto, estou certo de que não deixaremos de fazer a nossa parte, que começa por nos unirmos em torno desta ideia de que homens e mulheres tenham, de facto, os mesmos direitos e oportunidades.

Senhor Presidente, felicito Marc Tarabella pelo relatório que nos apresenta. Direitos fundamentais são uma das faces mais visíveis do nosso trabalho. Temos aqui um bom documento para guiar a nossa ação. É tempo de deitar mãos à obra e amanhã temos de aprovar, de forma clara, o relatório Tarabella".

Liliana Rodrigues (S&D) *"Agradeço ao Senhor Tarabella o documento final que nos apresenta, mas gostaria de refletir e referir-vos que, enquanto na Europa se discute - e bem - a igualdade de género, o problema da formação das mulheres que não tem retorno em termos profissionais pelo não acesso ao mercado de trabalho e a salários iguais, enquanto se discute este problema, temos, por exemplo, uma Comissão Europeia nada exemplar em termos de paridade. E um Parlamento, este, com um terço de mulheres. Uma Europa que se finge liberal no que diz respeito aos direitos dos homossexuais, que se escusa ou sempre se escusou, a discutir o meu direito a decidir sobre o meu corpo. Uma Europa que se encolhe perante a abertura à questão, por exemplo, do transgénero. Que não encontra formas eficazes de combater a violência doméstica. Mas, enquanto isso, quero lembrar, já aqui foi falado por outro Colega, o tráfico das mulheres. Tráfico de mulheres por serem mulheres. É o tráfico da pobreza. É trágico! E a maior tragédia é saber que nós, Europa, temos negócios, mais ou menos vinculados, com esses países".*

Inês Zuber (CEUE/EVN) *"relatório Tarabella faz um bom diagnóstico acerca dos recuos que os direitos das mulheres têm tido nos últimos anos, muito embora não estejamos de acordo com algumas matérias, como tentar que o Semestre Europeu cumpra objetivos sociais, o que, na nossa opinião, é querer tentar misturar a água com o azeite.*

Há ainda que ser mais claro e responsabilizar as políticas e os seus executantes. Foram as diretrizes da Comissão Europeia e a política de vários governos que ordenaram a destruição de várias funções sociais do Estado, que ordenaram a baixa de salários, empurrando as mulheres para a pobreza, para a exploração e, em casos dramáticos, para a prostituição.

Sim, hoje os horários de trabalho estão mais desregulados e são mais intensos, mas isso apenas foram orientações da Comissão Europeia. A mesma Comissão Europeia que, dizendo que muito defende os direitos das mulheres, não tem nenhum problema em colocar na lista REFIT a revisão da diretiva da maternidade, um instrumento essencial para conseguirmos uma maior igualdade entre homens e mulheres.

Precisamos de ser claros se queremos ser consequentes e, por isso, convidamo-los a aprovar as alterações que propusemos a este relatório, amanhã".

António Marinho e Pinto (ALDE) *"Senhora Comissária, caros Colegas, só dentro de trinta anos atingiremos o objetivo de ter 75 % das mulheres empregadas. Demoraremos setenta anos até que a igualdade de salários possa ser uma realidade, mais de vinte anos para atingir a paridade nos parlamentos nacionais e nos quadros diretivos das maiores empresas europeias e quase quarenta anos para garantir que o trabalho em casa é igualmente partilhado.*

Mesmo aqui, no Parlamento Europeu, onde estamos a discutir e a tomar estas decisões, apenas um terço dos seus membros são mulheres. Há que tomar medidas efetivas para acabar com esta realidade. É preciso instituir quotas para que as empresas sejam obrigadas a contratar um número de mulheres adequado à realidade. Há que combater os estereótipos

que dominam em muitas instituições, nomeadamente na Igreja Católica, onde as mulheres não podem aceder ao sacerdócio. Por isso, daqui, interpelo o Papa Francisco para que tome publicamente uma posição sobre isto. A religião católica não pode ser uma religião masculina, uma religião machista".

Eurodeputados definem prioridades para o orçamento da UE de 2016

O As orientações gerais do Parlamento Europeu para o projeto de orçamento de 2016, que a Comissão vai apresentar em maio, são definidas num relatório do eurodeputado José Manuel Fernandes aprovado em plenário. O emprego, as empresas e o empreendedorismo para promover o crescimento, a solidariedade interna, com o apoio da coesão económica, social e territorial, e externa, através da assistência humanitária, e a resolução do problema das faturas pendentes são questões prioritárias para o PE.

O crescimento económico, a solidariedade interna e externa e o respeito pelos compromissos assumidos devem orientar a elaboração do projeto de orçamento da UE para 2016, diz o relatório do eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), aprovado por 484 votos a favor, 188 contra e 36 abstenções.

"Pretendemos que 2016 tenha como prioridade aquilo que designamos pelos três E: emprego, empresas e empreendedorismo. (...) Além dos três E, também temos os três S: o social, a solidariedade, a sustentabilidade", disse José Manuel Fernandes no debate em plenário.

Emprego, empresas e empreendedorismo

- O orçamento da UE e o plano de investimento de Juncker deverão ajudar a relançar a economia e a impulsionar a criação de emprego, apoiando o desenvolvimento das empresas e do empreendedorismo com vista ao crescimento;
- A existência de um ambiente empresarial favorável e o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo, incluindo empregos dignos, poderão voltar a dar às mais de 20 milhões de PME, que representam 99% de todas as empresas na União, o seu papel enquanto principais criadoras de emprego;
- A UE deve facilitar a criação de *start-ups*, interligando empresários e fomentando novos projetos;
- O financiamento da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) tem de ser assegurado após 2015 (os eurodeputados estão preocupados com o financiamento da IEJ a partir de 2016, dada a antecipação da totalidade da dotação financeira do programa para 2014 e 2015).

Solidariedade interna e externa

- A política de coesão da UE tem sido útil no apoio ao investimento público em áreas económicas vitais. O orçamento comunitário deve continuar a desempenhar um papel crucial na redução das disparidades entre as regiões da Europa, garantindo o investimento nas áreas em que é mais necessário;
- Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (que constituem a maior parcela de despesas de investimento do orçamento da UE) são essenciais para a criação de emprego, o relançamento do crescimento, a competitividade e a inovação. Apesar do atraso na execução dos novos programas operacionais, a sua implementação deverá atingir a velocidade de cruzeiro em 2016;

- O orçamento deverá também continuar a ser um instrumento de solidariedade externa, prestando assistência humanitária e apoio aos países que dele necessitam, como a Ucrânia, e contribuindo para fazer da UE o maior doador de ajuda ao desenvolvimento;
- Quanto aos fluxos migratórios, a UE deve reforçar os meios e desenvolver uma cultura de partilha equitativa dos encargos entre os Estados-Membros em matéria de gestão do asilo e da migração.

Faturas por liquidar e recursos próprios

- A Comissão deve apresentar um plano de pagamentos para solucionar o problema recorrente das faturas por liquidar, que, no final de 2014, atingiram um montante sem precedentes de 24,7 mil milhões de euros;
- O sistema de recursos próprios da UE, cujas insuficiências atuais estão a provocar impasses graves nas negociações orçamentais, deve ser reformado em profundidade. Os eurodeputados atribuem a maior importância ao trabalho do Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios, presidido por Mario Monti, cujas propostas finais deverão ser apresentadas numa conferência interinstitucional, com a participação dos parlamentos nacionais, durante o próximo ano, e examinadas no contexto da análise/revisão do quadro financeiro plurianual.

Próximos passos

As orientações gerais são o primeiro documento produzido pelo PE no âmbito do processo orçamental para 2016, definindo as suas prioridades políticas para o projeto de orçamento que a Comissão Europeia vai apresentar em finais de maio. O orçamento para 2016 terá depois de ser negociado e aprovado pelos dois braços da autoridade orçamental, o PE e o Conselho de Ministros da UE.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Felicitó o Deputado José Manuel Fernandes pelo seu relatório com as orientações políticas para o orçamento de 2016 de que ele será o responsável no Parlamento Europeu.*

Partilho a prioridade dos 3 E : emprego, empresas e empreendedorismo. Felicitó-o por definir de forma clara e inequívoca quais devem ser as prioridades para o orçamento comunitário. Espero sinceramente que o Conselho não limite os recursos financeiros de uma tal forma que reduza o seu significado real.

Concordo especialmente com o destaque que dá ao grave problema do desemprego juvenil, do apoio às PME, do reforço da solidariedade interna e da coesão social, económica e territorial. E, como português, não posso deixar de sublinhar o facto de ser um português o relator geral do orçamento e, em simultâneo, o relator do Parlamento para o Plano Juncker".

José Manuel Fernandes (PPE), relator *"Senhor Presidente, eu queria agradecer as palavras da Senhora Comissária e o empenho que demonstrou para atender às nossas prioridades, em primeiro lugar, e para, também no compromisso que aqui firmou, no sentido de a questão do plano dos pagamentos, nomeadamente, ter lugar em 2015, este ano, a sua resolução.*

Mas nós estamos a falar do orçamento de 2016, com o pressuposto de que os compromissos assumidos vão ser tomados em conta, vão ser cumpridos. Nós referimos aqui o Plano Juncker, que esperamos que, em 2015, em junho, já esteja resolvido, mas há aqui uma pequena confusão, o orçamento da União Europeia não vai dar nenhuma subvenção ou fundo, o orçamento da União Europeia garante apenas e fornece apenas uma garantia de 8 mil milhões de euros para haver um investimento, nomeadamente privado, de 315 mil milhões de euros.

Ainda sobre o objetivo do emprego, empresas e empreendedorismo, a grande prioridade. Nunca nos podemos esquecer que o emprego tem uma mais-valia e um componente social muito forte mas se olharmos para o relatório verificamos que a solidariedade interna está ali presente, a coesão social, a coesão territorial, o apelo para reforçarmos os programas de

combate à pobreza. Tudo isso está referido, o social, a solidariedade, a sustentabilidade, podemos mesmo dizer que, além dos três E, também já temos estes três S.

O agradecimento a todos os colegas e a todas as considerações, a todos, a ajuda, no fundo, que deram para este relatório. Estou certo que, com este relatório, nós ajudaremos a que a União Europeia se mantenha competitiva, é que às vezes nos esquecemos que somos apenas 500 milhões - 7 % da população mundial - mas temos a maior economia do planeta e que estes 500 milhões representam cerca de 20 % do PIB mundial e acedem a cerca de 50 % das despesas sociais e é com este objetivo de reforçarmos a nossa competitividade, de reforçarmos ainda a qualidade da nossa vida, que nós pretendemos aprovar estas linhas de orientação e ter sucesso no orçamento de 2016".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) " *Senhora Presidente, o processo de elaboração do orçamento da União Europeia fica marcado por um quadro complexo, onde o voluntarismo das políticas patente nos discursos não encontra paralelo ao nível da contribuição dos Estados-Membros. Sobre o orçamento de 2016 nós não aceitaremos cortes no programa-quadro para a ciência e para a investigação. Rejeitamos os fundos destinados a alimentar as políticas neoliberais e militaristas da União Europeia. Defendemos antes que esta despesa seja reorientada para políticas de coesão social e territorial. Políticas de combate à pobreza e à exclusão social que crescem a olhos vistos no espaço europeu.*

Gostaríamos de ver no orçamento de 2016 um verdadeiro programa de investimento público à escala europeia que complemente os programas nacionais. Aos três E propomos três S : social, solidariedade, sustentabilidade. Pensamos também que se justifica um programa específico para compensar os países vítimas das políticas da Troica, que, como foi reconhecido, estiveram na origem de um conjunto de prejuízos que prejudicaram objetivamente estas economias".

Abuso sexual de crianças na Internet: Parlamento Europeu apela a mais medidas para combater este crime e suprimir conteúdos ilegais em linha

O Parlamento Europeu quer que sejam feitos mais esforços para investigar o abuso sexual de crianças na Internet, julgar os criminosos, proteger as crianças e suprimir os conteúdos ilegais em linha. Numa resolução aprovada, os eurodeputados salientam que a reforma das regras sobre a proteção de dados, atualmente em curso, trará importantes alterações para uma melhor proteção dos direitos das crianças na Internet. Mais de 80% das crianças vítimas de abuso sexual na net tem menos de dez anos.

A exploração sexual de crianças e as imagens de abusos devem ser tratadas de forma abrangente, abarcando a investigação destes crimes, a repressão dos criminosos, a proteção das crianças e a prevenção deste fenómeno, diz o Parlamento Europeu numa resolução aprovada por 606 votos a favor, 4 contra e 67 abstenções.

Os eurodeputados apelam a que sejam tomadas mais medidas para combater estes crimes, incluindo:

- os conteúdos ilícitos devem ser imediatamente retirados e comunicados às autoridades policiais. Os eurodeputados destacam o papel do setor das tecnologias da informação e da comunicação, dos fornecedores de serviços Internet e dos fornecedores de alojamento na Internet para garantir uma supressão célere e eficiente de conteúdos ilegais em linha "a pedido da autoridade policial responsável";
- a Europol e as autoridades policiais nacionais devem ser dotadas do financiamento, dos recursos humanos, das competências em matéria de investigação e das

- capacidades técnicas de que necessitam para investigar e julgar eficazmente os criminosos;
- devem ser desenvolvidas novas capacidades no domínio da alta tecnologia para fazer face ao desafio de analisar o grande volume de imagens ou materiais pedopornográficos, designadamente materiais ocultos na «dark Web»;
 - os dados pessoais em linha relativos a crianças devem ser devidamente protegidos e estas devem ser informadas, de uma forma facilmente compreensível e adaptada às crianças, sobre os riscos e as consequências da utilização dos seus dados na Internet. O Parlamento Europeu salienta *"as importantes alterações que a reforma em matéria de proteção dos dados trará em prol de uma melhor proteção dos direitos das crianças na Internet"*;
 - devem ser promovidas campanhas de sensibilização para um comportamento responsável nas redes sociais e criados programas de prevenção do abuso sexual na Internet para capacitar as crianças e apoiar os pais e educadores a compreenderem e a lidarem com os riscos em linha; devem também ser desenvolvidas linhas diretas para crianças através das quais estas possam denunciar abusos de forma anónima;
 - os países da UE que ainda não transpuseram a diretiva de 2011 sobre a luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil para a legislação nacional devem fazê-lo. Esta diretiva deveria ter sido transposta até 18 de dezembro de 2013. Até à data, 19 Estados-Membros (entre os quais Portugal) notificaram a sua transposição à Comissão Europeia. No entanto, menos de metade dos países da UE procedeu à sua plena implementação. Os eurodeputados apelam à Comissão para que *"acompanhe com todo o rigor a sua implementação plena e efetiva"*.

Um problema internacional requer uma solução internacional

O Parlamento Europeu realça a necessidade de melhorar a cooperação internacional e as investigações transnacionais neste domínio, visto que estes crimes abrangem centenas de países, com as respetivas jurisdições e autoridades policiais.

Os eurodeputados saúdam, a este respeito, a iniciativa conjunta da UE e de 55 países de todo o mundo, reunidos na Aliança Mundial contra o Abuso Sexual de Crianças na Internet, que visa salvar mais vítimas, garantir uma repressão mais eficaz, reforçar a sensibilização e obter uma redução geral dos materiais pedopornográficos disponíveis em linha.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Esta resolução incide sobre um dos problemas mais prementes do novo mundo virtual e que - apesar dos esforços que já têm vindo a ser desenvolvidos - continua, infelizmente, a acontecer e a colocar as nossas crianças em risco.*

É por isso crucial reagir aos perigos que ainda abundam na internet e garantir que as autoridades dispunham de uma efectiva capacidade de monitorização e prevenção. Não menos importante, a União e os Estados Membros devem também dirigir os seus esforços no sentido de melhorar a sensibilização de Educadores, famílias e das próprias crianças. Mas aos Estados Membros compete ainda implementar rapidamente o enquadramento comunitário nesta matéria, assegurando uma acção concertada para este fenómeno que não conhece fronteiras.

Neste contexto, a análise aprofundada a levar a cabo pela Comissão LIBE sobre esta matéria reveste-se de particular importância e nela colocarei todo o meu empenho para melhor protegemos as nossas crianças em toda a União.

Por tudo isto, não podia senão votar favoravelmente esta resolução e contribuir para o consenso alargado que conseguiu alcançar".

Rússia: Parlamento Europeu apela a investigação internacional do assassinio de Boris Nemtsov

O Parlamento Europeu solicitou uma investigação internacional independente do assassinio do líder da oposição russo Boris Nemtsov. Este é "*o assassinio político mais significativo na história recente da Rússia*", dizem os eurodeputados numa resolução aprovada em plenário, notando que a propaganda do Kremlin está a transformar a Rússia num "*Estado de repressão, discurso de ódio e medo*".

Os eurodeputados querem uma investigação internacional independente do assassinio de Boris Nemtsov, que estava a investigar a participação da Rússia no conflito no leste da Ucrânia e que foi assassinado nas proximidades do Kremlin dois dias antes de uma manifestação que estava a organizar contra este conflito. Foram detidos cinco homens, mas está por esclarecer se algum deles foi responsável pelos disparos mortais.

O Parlamento Europeu presta homenagem a Boris Nemtsov, "*que consagrou a sua vida a uma Rússia mais democrática, próspera e aberta e a fortes relações de parceria entre a Rússia e os seus vizinhos e parceiros*".

A resolução refere também a recusa de entrada na Rússia a alguns eurodeputados e diplomatas, o que os impediu de assistir às exéquias de Boris Nemtsov.

Evolução no sentido contrário ao do bom funcionamento da democracia

Os desenvolvimentos recentes demonstram que "*a Rússia evoluiu no sentido contrário ao do bom funcionamento da democracia*", dizem os eurodeputados, instando as autoridades russas a porem termo a todos os "*atos de pressão, repressão e intimidação*" contra os líderes da oposição, os representantes da sociedade civil e os meios de comunicação social.

Os parlamentares reiteram também a sua preocupação no tocante à falta de cooperação das autoridades russas com a investigação internacional e independente ao abate do voo MH17.

Apelo a uma política unificada da UE em relação à Rússia

O Parlamento Europeu exprime o seu apoio às forças democráticas na Rússia e exorta o Conselho de Ministros da UE a traçar uma política unificada "*por força da qual os 28 Estados-Membros e as instituições da UE se comprometam a veicular uma mensagem comum firme sobre o papel dos direitos humanos nas relações UE-Rússia e a necessidade de pôr termo à repressão da liberdade de expressão, de reunião e de associação*" naquele país.

Os eurodeputados solicitam ainda um programa europeu mais ambicioso de apoio à sociedade civil na Rússia e na Crimeia ocupada para promover os valores da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito.

Assassinios por motivos políticos e mortes suspeitas desde 1998

"*Este homicídio faz parte de um número crescente de assassinios por motivos políticos e mortes suspeitas perpetrados na Rússia desde 1998*", nota o Parlamento Europeu, entre os quais se contam os da jornalista de investigação Anna Politkovskaya, de Alexander Litvinenko, que foi alegadamente assassinado no Reino Unido, do advogado Stanislav Markelov, da jornalista Anastasia Baburova, da defensora dos direitos humanos Natalya Estemirova, do advogado Sergei Magnitsky e, agora, do político Boris Nemtsov.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Ao longo dos últimos anos a situação dos direitos humanos na Rússia tem vindo a degradar-se e as autoridades russas têm adoptado um conjunto de leis com disposições ambíguas, utilizadas para impor mais restrições à oposição e aos agentes da sociedade civil e limitar a liberdade de expressão e reunião.*

Desde 1998 temos assistido na Rússia a um número crescente de assassínios por motivos políticos e mortes suspeitas, culminando recentemente com o assassinio de Boris Nemtsov nas proximidades do Kremlin dois dias antes de uma manifestação que estava a organizar e que deveria realizar-se a 1 de Março de 2015.

Tendo em conta a situação preocupante que se vive na Rússia apoio a necessidade de uma política da UE em relação à Rússia firme, coerente e abrangente subscrita pelos 28 Estados-Membros, que vincule uma mensagem comum firme sobre o papel dos direitos humanos nas relações UE/Rússia e a necessidade de pôr termo à repressão da liberdade de expressão, de reunião e associação na Rússia, bem como a libertação imediata de todos os presos políticos.

Defendo a necessidade de uma investigação internacional independente relativa ao assassinato de Boris Nemtsov".

Ordem do dia 09 a 12 Março de 2015

Segunda-feira, 09 de Março

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Progressos registados na União Europeia, em 2013, relativamente à igualdade de género - *Relatório: Marc Tarabella (A8-0015/2015)*

Relatório Anual sobre a Política da Concorrência da UE - *Relatório: Morten Messerschmidt (A8-0019/2015)*

Critérios para identificação de desreguladores endócrinos - *Pergunta oral (O-000017/2015 - B8-0107/2015)*

Impacto das restrições russas sobre os operadores de transportes rodoviários internacionais - *Pergunta oral (O-000005/2015 - B8-0105/2015)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Terça-feira, 10 de Março

08:30 - 11:20

Dimensões e pesos para os veículos rodoviários em circulação na Comunidade - *Recomendação para*

segunda leitura: Jörg Leichtfried (A8-0032/2015) 2

Fundos europeus de investimento a longo prazo - *Relatório suplementar: Alain Lamassoure (A8-0021/2015)*

11:30 - 12:00 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2013/009 PL/Zachem - *Relatório: Jan Olbrycht (A8-0036/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura «EGF/2014/014 DE/Aleo Solar» - *Relatório: Iris Hoffmann (A8-0030/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2013/007 BE/Hainaut Steel, Duferco-NLMK - *Relatório: Andrej Plenkovi (A8-0031/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura «EGF/2014/012 BE/ArcelorMittal» - *Relatório: Victor Negrescu (A8-0035/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2014/011 BE/Caterpillar - *Relatório: Anneli Jäätteenmäki (A8-0033/2015)*

Dimensões e pesos para os veículos rodoviários em circulação na Comunidade -

Recomendação para segunda leitura: Jörg Leichtfried (A8-0032/2015)

Fundos europeus de investimento a longo prazo - *Relatório suplementar: Alain Lamassoure (A8-0021/2015)*

Taxas de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento associadas a cartões - *Relatório suplementar: Pablo Zalba Bidegain (A8-0022/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2013/011 BE/Saint-Gobain Sekurit - *Relatório: Liadh Ní Riada (A8-0034/2015)*

Progressos registados na União Europeia, em 2013, relativamente à igualdade de género - *Relatório: Marc Tarabella (A8-0015/2015)*

Relatório Anual sobre a Política da Concorrência da UE - *Relatório: Morten Messerschmidt (A8-0019/2015)*

Relatório anual de 2013 do Banco Central Europeu - *Relatório: Pablo Zalba Bidegain (A8-0011/2015)*

12:00 - 12:30

Sessão solene - Jordânia

12:30 - 14:00 - Continuação da votação

15:00 - 23:00

Orientações para o orçamento de 2016 - Secção III - Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0027/2015)

Relatório anual de 2013 relativo à proteção dos interesses financeiros da União Europeia – Luta contra a fraude - Relatório: Georgi Pirinski (A8-0024/2015)

Conferência Internacional de Alto Nível sobre o Vírus do Ébola, em 3 de março de 2015 - Declarações do Conselho e da Comissão

Relatório intercalar de 2014 referente ao Montenegro - Declarações do Conselho e da Comissão

Relatório intercalar de 2014 referente à antiga República Jugoslava da Macedónia - Declarações do Conselho e da Comissão

Relatório de Acompanhamento de 2014 relativo à Sérvia - Declarações do Conselho e da Comissão

O processo de integração europeia do Kosovo - Declarações do Conselho e da Comissão

Quarta-feira, 11 de Março

09:00 - 12:50 DEBATES PRIORITÁRIOS

Preparação da reunião do Conselho Europeu (19 e 20 de março de 2015) - Declarações do Conselho e da Comissão

Discussão conjunta - Semestre Europeu 2015

Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento de 2015 - Relatório: Dariusz Rosati (A8-0037/2015) 6

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2015 - Relatório: Sergio Gutiérrez Prieto (A8-0043/2015) 6

Governança do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu 2015 - Relatório: Ildikó Gáll-Pelcz (A8-0018/2015)

13:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Regime comum aplicável às importações de certos países terceiros - Relatório: Jarosław Wałsa (A8-0014/2015)

Acordo de Estabilização e de Associação com a República do Montenegro - Relatório: Andrzej Duda (A8-0051/2014)

Contingentes pautais da União de carne de bovino de alta qualidade, carne de suíno, carne de aves de capoeira, trigo e mistura de trigo com centeio, sêmeas, farelos e outros resíduos - Relatório: Andrzej Duda (A8-0052/2014)

Importação na União de produtos agrícolas originários da Turquia - Relatório: Andrzej Duda (A8-0048/2014)

Suspensão de determinadas concessões relativas à importação na União de produtos agrícolas originários da Turquia - Relatório: Andrzej Duda (A8-0050/2014)

Acordo que institui a Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo - Recomendação: Gabriel Mato (A8-0038/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Theodoros Zagorakis - Relatório: Evelyn Regner (A8-0044/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Sergei Stanishev - Relatório: Andrzej Duda (A8-0045/2015)

Orientações para o orçamento de 2016 - Secção III - Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0027/2015)

Relatório anual de 2013 relativo à proteção dos interesses financeiros da União Europeia – Luta contra a fraude - Relatório: Georgi Pirinski (A8-0024/2015)

Relatório intercalar de 2014 referente ao Montenegro - Proposta de resolução

Relatório intercalar de 2014 referente à antiga República Jugoslava da Macedónia - Proposta de resolução

Relatório de Acompanhamento de 2014 relativo à Sérvia - Proposta de resolução

O processo de integração europeia do Kosovo - Proposta de resolução

Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento de 2015 - Relatório: Dariusz Rosati (A8-0037/2015)

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2015 - Relatório: Sergio Gutiérrez Prieto (A8-0043/2015)

Governança do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu 2015 - Relatório: Ildikó Gáll-Pelcz (A8-0018/2015)

Luta contra o abuso sexual de crianças na Internet - Propostas de resolução

15:00 - 23:00

O assassinio do líder da oposição russo Boris Nemtsov e o estado da democracia na Rússia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relatório anual ao Parlamento Europeu, apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança - *Relatório: Elmar Brok (A8-0039/2015)*

Relatório Anual sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo em 2013 e a política da União Europeia nesta matéria - *Relatório: Pier Antonio Panzeri (A8-0023/2015)*

A situação instável na Líbia e as suas repercussões - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

O acordo de paz do Mali - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relações entre a UE e a Liga Árabe e cooperação na luta contra o terrorismo - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

O aumento do antissemitismo, da islamofobia e do extremismo violento na UE - *Declaração da Comissão*

Quinta-feira, 12 de Março

09:00 - 12:00

A exploração sustentável do robalo selvagem - *Declaração da Comissão*

28.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Recentes ataques e raptos efetuados pelo Daesh no Médio Oriente, nomeadamente de assírios

A situação no Sudão do Sul, nomeadamente os recentes raptos de crianças

A situação na Tanzânia, nomeadamente a questão da apropriação de terras

12:00 - 43:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

O assassinio do líder da oposição russo Boris Nemtsov e o estado da democracia na Rússia - *Propostas de resolução*

Relatório anual ao Parlamento Europeu, apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança - *Relatório: Elmar Brok (A8-0039/2015)*

Relatório Anual sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo em 2013 e a política da União Europeia nesta matéria - *Relatório: Pier Antonio Panzeri (A8-0023/2015)*

Relações entre a UE e a Liga Árabe e cooperação na luta contra o terrorismo - *Propostas de resolução*

A exploração sustentável do robalo selvagem - *Propostas de resolução*

28.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas - *Proposta de resolução*

Situação na Venezuela - *Propostas de resolução*